

Carlos Gómez-Jara Díez

**A RESPONSABILIDADE PENAL DA
PESSOA JURÍDICA E O DANO AMBIENTAL**

**A aplicação do modelo construtivista de
autorresponsabilidade à Lei 9.605/98**

Tradução

Cristina Reindolff da Motta



livraria //
DO ADVOGADO
editora

Porto Alegre, 2013

© Carlos Gómez-Jara Díez, 2013

Capa, projeto gráfico e diagramação
Livraria do Advogado Editora

Tradução
Cristina Reindolff da Motta

Revisão
Rosane Marques Borba

Direitos desta edição reservados por
Livraria do Advogado Editora Ltda.
Rua Riachuelo, 1338
90010-273 Porto Alegre RS
Fone/fax: 0800-51-7522
editora@livrariadoadvogado.com.br
www.doadvogado.com.br

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Sumário

Apresentação.....	7
Capítulo I – O MODELO CONSTRUTIVISTA DE AUTORRESPONSABILIDADE PENAL EMPRESARIAL	21
1. Introdução.....	21
2. Fundamentos teóricos do modelo construtivista de autorresponsabilidade penal empresarial.....	23
2.1. A epistemologia operativo-construtivista: a teoria dos sistemas sociais autopoieticos.....	23
2.2. A cidadania empresarial: O cidadão corporativo fiel ao Direito.....	26
3. Elementos do modelo construtivista de autorresponsabilidade penal e empresarial.....	28
3.1. Introdução.....	28
3.2. A competência empresarial.....	29
3.3. A imputabilidade empresarial.....	32
3.4. A culpabilidade empresarial.....	35
3.5. A função da pena empresarial.....	39
4. Conveniência científico-dogmática do modelo construtivista de autorresponsabilidade penal empresarial.....	42
4.1. Introdução.....	42
4.2. Responsabilidade pelo fato empresarial.....	42
4.3. Injusto empresarial e culpabilidade empresarial.....	44
4.4. Dolo empresarial.....	45
4.5. Autoria e participação empresarial.....	48
4.6. Resumo.....	49
5. Conveniência político-criminal do modelo construtivista de autorresponsabilidade penal empresarial.....	51
5.1. Introdução.....	51
5.2. Superação do problema da irresponsabilidade organizada/estrutural.....	51

5.3. Introdução de causas de exclusão da culpabilidade empresarial	53
5.4. Tratamento das sociedades virtuais e do levantamento do sigilo.....	54
5.5. Formação de um catálogo amplo de sanções	57
5.6. Resumo.....	59
6. Conclusão	60
Capítulo II – UMA RESPOSTA ÀS CRÍTICAS APRESENTADAS AO MODELO CONSTRUTIVISTA DE AUTORRESPONSABILIDADE PENAL EMPRESARIAL	61
1. Introdução.....	61
2. Uma teoria do delito empresarial	62
3. Uma teoria da pena empresarial.....	64
4. O modelo construtivista a debate.....	67
4.1. Realismo da pessoa física vs. ficção da pessoa jurídica?.....	67
4.2. Monismo da teoria de sistemas vs. pluralismo de outras teorias?.....	68
4.3. Responsabilidade empresarial vs. responsabilidade coletiva	69
4.4. Culpabilidade empresarial “de verdade” vs. culpabilidade empresarial “a meias”.....	71
4.5. Cidadania empresarial vs. cidadania individual	72
4.6. Direito penal empresarial de autor vs. Direito penal empresarial do fato.....	74
4.7. Um Direito Penal empresarial de duas vias vs. um Direito Penal individual de três vias.....	76
5. O debate legislativo sobre a responsabilidade penal empresarial: na busca da eficácia e da justiça	77
5.1. Introdução.....	77
5.2. A necessidade de um modelo de autorresponsabilidade penal empresarial	78
5.3. A necessidade de estabelecer um duplo fundamento de responsabilidade penal empresarial.....	79
5.4. A necessidade de distinguir entre autoria e participação empresarial	81
5.5. A necessidade de distinguir entre dolo e imprudência empresarial ..	82
5.6. A necessidade de causas de exclusão da culpabilidade empresarial ..	83